



PROCESSO Nº TST-RR-10750-12.2013.5.01.0080

**A C Ó R D ã O**

**7ª Turma**

**CMB/pp/fsp**

**AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.015/2014. CPC/2015. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40 DO TST. PROFESSOR. REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA.** Constatada possível violação do artigo 468 da CLT, dá-se provimento ao agravo interno para reexaminar o recurso de revista.

**RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.015/2014. CPC/2015. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40 DO TST. PROFESSOR. REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA.** Discute-se, no caso, a validade da redução do número de horas-aula do professor, no curso do contrato de trabalho, mantidos, porém, o valor do salário-hora e a quantidade fixada no momento da admissão. A decisão regional consagrou entendimento no sentido de ser válida a alteração, porque preservado o patamar inicial, ajustado no momento da contratação. Apontou que a oscilação da quantidade de aulas, no decorrer do contrato, seria inerente à atividade e estaria na esfera do *jus variandi* do empregador. Ressaltou que a irredutibilidade salarial estaria garantida pela manutenção do valor do salário pago por hora. O julgado merece reparo. A tese pacificada na jurisprudência é a de que:

“A redução da carga horária do professor, em virtude da diminuição do número de alunos, não constitui alteração contratual, uma vez que não implica redução do valor da hora-aula”. A *contrariu sensu*, se a diminuição não está atrelada a esse fato justificador, considera-se inválida, por prejudicar o empregado, contra a dicção do artigo 468 da CLT. Não se há de tomar como piso a carga ajustada no momento da contratação, mas, sim, o patamar mais vantajoso, conquistado pelo empregado no decorrer do contrato. Essa é precisamente a



**PROCESSO Nº TST-RR-10750-12.2013.5.01.0080**

situação dos autos, pois a decisão regional expressa ter havido o aumento progressivo da carga-horária da autora, de 2 para 16 aulas semanais e, depois, sua diminuição. Recurso de revista conhecido e provido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revista nº **TST-RR-10750-12.2013.5.01.0080**, em que é Recorrente **VERONICA TEIXEIRA DUARTE** e Recorrido **GRUPO IBMEC EDUCACIONAL S.A..**

A parte autora, não se conformando com a decisão unipessoal às fls. 623/641, interpõe o presente agravo.

É o relatório.

**V O T O**

**MARCOS PROCESSUAIS E NORMAS GERAIS APLICÁVEIS**

Considerando que o acórdão regional foi publicado em **06/06/2016** e que a decisão de admissibilidade foi publicada em **17/04/2017**, incidem: Lei nº 13.015/2014; CPC/2015; Instrução Normativa nº 40 do TST.

**AGRAVO INTERNO**

**CONHECIMENTO**

Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do agravo.

**MÉRITO**

**PROFESSOR – REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA – MANUTENÇÃO DO VALOR DA HORA AULA**

Firmado por assinatura digital em 05/03/2020 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira.



**PROCESSO Nº TST-RR-10750-12.2013.5.01.0080**

A parte autora insiste no conhecimento de seu recurso de revista quanto ao tema em epígrafe. Defende que, nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 244 da SDI-1 do TST, a redução da carga horária do professor depende da demonstração da diminuição do número de alunos na escola.

No caso, o Tribunal Regional firmou tese de que a autora só teria direito à manutenção da quantidade de aulas contratadas e não daquelas conquistadas ao longo do contrato de trabalho:

**“DAS DIFERENÇAS SALARIAIS. REDUÇÃO CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR**

A autora afirma que como professora, ministrava 16 horas aula por semana. Entretanto, a partir de agosto de 2010, sua carga horária foi reduzida para 2 horas aulas semanais.

Em defesa, a ré nega que a autora tenha sido contratada para ministrar 16 horas-aula semanais. Diz que na verdade, a autora foi contratada para ministrar 2 horas-aula por semana totalizando 9 horas-aula por mês, mas sua carga horária semanal sofreu variações ao longo de seu contrato de trabalho, alcançando o limite máximo de 16 horas-aula semanais, totalizando 72 horas-aula (id. 6036487 - Pág. 10/14) Em depoimento pessoal a autora declarou que ‘ (...) no início do contrato dava aulas para 2 turmas, cada uma com 2 horas- aula com duração de 50minutos; que essa carga horária durou somente no 1º semestre; que ao longo do contrato aumentou a carga horária para 16 horas aula (...) ‘ A testemunha da reclamante, sr. Fábio Mantuano Príncipe Martins, declarou que ‘(...) normalmente a autora ministrava aulas em 2 turmas na parte da manhã e 2 turmas na parte da noite; que no período em que esteve com a autora ela ministrava aulas nestas turmas, 2 turmas na parte da manhã e 2 turmas na parte da noite; (...)’.

O Juízo de origem assim se pronunciou sobre a questão: ‘O fato da autora não ter sido admitida com a carga horária de 16 horas certo é que esta foi alterada ao longo do contrato passando a integrá-lo ,restando certo, que qualquer alteração unilateral ,sem motivo justificado, se torna prejudicial e deve ser considerada nula. (...) De qualquer sorte, a própria norma coletiva assegura que a irredutibilidade deve resguardar os direitos dos professores. Em decorrência defiro as diferenças das horas aula desde a redução nula até a demissão, com as devidas repercussões (...). ‘ Data venia, se o próprio Juízo de origem reconheceu que a autora não foi contratada para cumprir carga horária de 16 horas semanais, como então concluir que houve uma alteração unilateral de seu contrato de trabalho por não ter sido mantida essa mesma carga horária? É incompreensível! Aliás, a própria autora em seu depoimento pessoal declarou que ‘ (...) no início do contrato dava aulas para 2 turmas, cada uma com 2 horas- aula com duração de 50minutos (...) ‘ Ou seja, não há dúvidas de que a autora não foi contratada para prestar um número fixo de



**PROCESSO Nº TST-RR-10750-12.2013.5.01.0080**

horas-aula, mas sim, que essa situação era volátil, podendo sujeitar-se ao aumento e diminuição do número de horas-aula no decorrer do contrato de trabalho, como de fato, efetivamente ocorreu e foi declarado pela própria reclamante.

Assim, a tese da ré de que autora foi admitida inicialmente para cumprir carga horária de 2 horas-aula semanais e esta carga horária sofreu alterações ao longo dos anos, chegando ao limite máximo de 16 horas-aula semanais, parece coerente com os depoimentos prestados.

A ratificar esse entendimento está o contrato de trabalho firmado entre as partes (ID. 6036745), no qual a autora estava ciente de que sua remuneração poderia oscilar em cada mês de acordo com a carga horária que fosse cumprida, sendo certo apenas que no ato da contratação o valor da hora-aula seria o de R\$31,30 (trinta e um reais e trinta centavos).

Não há no referido contrato nenhuma menção a um número mínimo nem máximo de horas-aulas a serem ministradas pela reclamante e mesmo assim esta aderiu voluntariamente a essa proposta. Não pode agora alegar alteração contratual lesiva de condição expressamente prevista no contrato de trabalho! Assim, em se tratando de professor horista, não havendo a redução do valor da hora-aula, ainda que haja diminuição de turmas, não resta caracterizada a redução salarial.

Nesse contexto, dou provimento ao recurso para excluir da condenação do reclamado o pagamento de diferenças salariais oriundas da redução da carga horária de professor.' (fls. 471/473)

Provocada via embargos de declaração, a Corte Regional  
assim concluiu:

“Não há omissão no v. Acórdão a respeito da carga horária da reclamante, constando expressamente que se ela própria, em seu depoimento pessoal, declarou que " (...) no início do contrato dava aulas para 2 turmas, cada uma com 2 horas- aula com duração de 50minutos (...).

Ou seja, não há dúvidas de que a autora não foi contratada para prestar um número fixo de horas-aula, mas sim, que essa situação era volátil, podendo sujeitar-se ao aumento e diminuição do número de horas-aula no decorrer do contrato de trabalho, como de fato, efetivamente ocorreu e foi declarado pela própria reclamante.

Assim, a tese da ré de que autora foi admitida inicialmente para cumprir carga horária de 2 horas-aula semanais e esta carga horária sofreu alterações ao longo dos anos, chegando ao limite máximo de 16 horas-aula semanais, parece coerente com os depoimentos prestados e com o registrado em seu contrato de trabalho, colacionado em Id. 6036745.

Nego provimento.' (fls. 494/495)



**PROCESSO Nº TST-RR-10750-12.2013.5.01.0080**

Considero prudente reexaminar o recurso de revista, uma vez que a tese firmada pelo Tribunal Regional parece contrariar o verbete invocado pela autora.

Dou provimento ao agravo para reexaminar o recurso de revista.

#### **RECURSO DE REVISTA**

Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, passo à análise.

#### **PROFESSOR – REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA – MANUTENÇÃO DO VALOR DA HORA AULA – VALIDADE**

##### **CONHECIMENTO**

Discute-se, no caso, a validade da redução do número de horas-aula do professor, no curso do contrato de trabalho, mantidos, porém, o valor do salário-hora e a quantidade fixada no momento da admissão.

A decisão regional, transcrita acima, consagrou entendimento no sentido de ser válida a alteração, porque preservado o patamar inicial, ajustado no momento da contratação. Apontou que a oscilação da quantidade de aulas, no decorrer do contrato, seria inerente à atividade e estaria na esfera do *jus variandi* do empregador. Ressaltou que a irredutibilidade salarial estaria garantida pela manutenção do valor do salário pago por hora.

Mas não é bem assim.

Num primeiro momento, compreendi que a situação não estaria albergada pela Orientação Jurisprudencial nº 244 da SDI-1 do TST, uma vez que não houve registro acerca de eventual diminuição do número de alunos, como fundamento para a redução das aulas. Mas, após melhor refletir sobre o caso, passei a considerar que a ausência desse fundamento é justamente o que contraria esse verbete. Explico:

A tese pacificada na jurisprudência é a de que: “A redução da carga horária do professor, em virtude da diminuição do número de alunos, não constitui alteração contratual, uma vez que não implica redução do valor da hora-aula”. A *contrariu*



**PROCESSO Nº TST-RR-10750-12.2013.5.01.0080**

*sensu*, se a diminuição não está atrelada a esse fato justificador, considera-se inválida, por prejudicar o empregado, contra a dicção do artigo 468 da CLT.

Não se há de tomar como piso a carga ajustada no momento da contratação, mas, sim, o patamar mais vantajoso, conquistado pelo empregado no decorrer do contrato. Essa é precisamente a situação dos autos, pois a decisão regional expressa ter havido o aumento progressivo da carga-horária da autora, de 2 para 16 aulas semanais e, depois, sua diminuição.

Pelo exposto, conheço do recurso de revista, por violação do artigo 468 da CLT.

**MÉRITO**

Como consequência lógica do conhecimento do apelo, por violação do artigo 468 da CLT, dou-lhe provimento para restabelecer a sentença, quanto à condenação da ré ao pagamento de diferenças salariais e reflexos decorrentes da redução indevida da quantidade de horas-aula da autora.

**ISTO POSTO**

**ACORDAM** os Ministros da Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, dar provimento ao agravo para reexaminar o recurso de revista. Também à unanimidade, conhecer do recurso de revista, por violação do artigo 468 da CLT e, no mérito, dar-lhe provimento para restabelecer a sentença, quanto à condenação da ré ao pagamento de diferenças salariais e reflexos decorrentes da redução indevida da quantidade de horas-aula da autora. Fica mantido o valor da condenação, para fins processuais.

Brasília, 4 de março de 2020.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

**CLÁUDIO BRANDÃO**  
Ministro Relator